

# Segundas residências e urbanização no Litoral do Paraná\*

## *Second-dwellings and urbanization on Paraná Coast*

## *Segundas residencias y la urbanización en la costa del Estado de Paraná*

Maurício Polidoro\*\* e Marley Vanice Deschamps\*\*\*

### RESUMO

No artigo, busca-se compreender as dinâmicas espaciais, com foco nas características excludentes, no litoral do Estado do Paraná. A utilização de dados do Censo 2010 do IBGE possibilitou vislumbrar, através de mapas por setores censitários, as relações entre a disponibilidade de infraestrutura urbana e o favorecimento de áreas com notável concentração de segundas residências, sobretudo nos municípios litorâneos. No saneamento básico, apesar de bons indicadores de abastecimento de água, o esgotamento sanitário ainda persiste no recorte estudado. A parca representatividade econômica e um processo histórico de exclusão no Litoral do Paraná também são analisados e permitiram, à luz de alguns processos espaciais recentes, refletir sobre alguns desafios para os municípios.

Palavras-chave: Dinâmica espacial. Exclusão espacial. Segundas residências. Litoral do Paraná.

### ABSTRACT

This article aims at comprehending the spatial dynamics focusing on exclusionary characteristics, on the coastline of Paraná. Using some of the IBGE Census 2010 data, it allowed a glimpse, through maps by census sectors, at the relationship between the availability of urban infrastructure and the favoring of some areas with remarkable concentration of second-dwellings, especially in the municipalities of the coastline. In sanitation, although good indicators of water supply, the sewage still persists in the studied crop. The meager economic representation and a historical process of exclusion, allowed to light on some of the recent spatial processes and reflect on some challenges for the municipalities.

Keywords: Spatial dynamic. Spatial exclusion. Second residences. Paraná Coastline.

\* Trabalho desenvolvido no âmbito do grupo de pesquisa CNPq/IFRS/UFPR - SAD/NCU -Saúde, Ambiente e Desenvolvimento no Contexto dos Novos Campus Universitários.

\*\* Geógrafo pela Universidade Estadual de Londrina, Londrina, Paraná, Brasil. Doutorando em Geografia na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. Professor do Instituto Federal do Rio Grande do Sul, Sertão, Rio Grande do Sul, Brasil. E-mail: mauricio.polidoro@gmail.com

\*\*\* Economista e doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, Paraná, Brasil. Professora titular do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade do Contestado, Canoinhas, Santa Catarina, Brasil. E-mail: mvdeschamps@hotmail.com  
Artigo recebido em fevereiro/2013 e aceito para publicação em junho/2013.

## RESUMEN

*El artículo busca entender la dinámica espacial, centrándose en las características excluyentes, en la costa de Paraná. Los datos del censo del IBGE 2010 permitieron vislumbrar, a través de mapas de sectores censales, la relación entre la disponibilidad de infraestructura en las zonas urbanas y el favorecimiento de áreas con notable concentración de segundas residencias, sobre todo en los municipios costeros. En el saneamiento, a pesar de los buenos indicadores de abastecimiento de agua, las aguas residuales todavía persisten en los puntos estudiados. La representación escasa y la exclusión económica histórica en la costa de Paraná también se analizan y, a la luz de algunos de los procesos espaciales recientes, hacen reflexionar sobre algunos de los retos para los municipios.*

*Palabras clave: Dinámica espacial. Exclusión espacial. Segundas residencias. Costa de Paraná.*

## INTRODUÇÃO

Na segunda metade do século XX, a população brasileira cresceu cerca de 355% (entre 1940 e 1991), um incremento de quase 80 milhões de habitantes. Lima (1998) aponta que no meio urbano esse crescimento foi de 750%. Santos (1996) afirma que é neste período que a urbanização da sociedade passa a ser a “urbanização do território”.

Este panorama é mais observado nas aglomerações urbanas, que concentram a maior parte da população. Grostein (2001) afirma que 49 regiões metropolitanas e aglomerações urbanas não metropolitanas concentram 47% da população do País. Nas 12 regiões metropolitanas, a residência é de 33,6% da população brasileira.

Incitadas principalmente pelo processo de industrialização tardio e a forte migração rural, as cidades passaram então a agregar um estoque de mão de obra com baixa qualificação, baixos salários e altos índices de desemprego. Costa (1978, p.83) aponta que “dessa forma tal população não tem possibilidades de adquirir as condições habitacionais e de serviços que caracterizam padrões mínimos de urbanização”.

Moura (2004), ao tratar da urbanização paranaense, afirma que tal fenômeno foi intenso e abrupto e um tanto quanto desalentador, uma vez que as políticas públicas inclusivas nas cidades amarguram, alheias ao vigoroso processo de ocupação.

Assim, as cidades paranaenses – e brasileiras – emergem como espaços de contradições, de um lado uma parcela da população que conseguiu se inserir na nova divisão territorial do trabalho e, de outro, a camada excluída, que se utiliza do improvisado para a sobrevivência.

A significativa concentração da pobreza nas metrópoles brasileiras tem como expressão um espaço dual: de um lado, a cidade formal, que concentra os investimentos públicos e, de outro, o seu contraponto absoluto, a cidade informal relegada dos benefícios equivalentes e que cresce exponencialmente na ilegalidade urbana que a constitui, exacerbando as diferenças socioambientais. A precariedade e a ilegalidade são seus componentes genéticos e contribuem para a formação de espaços urbanos sem atributos de urbanidade (GROSTEIN, 2001, p.14).

Esse cenário caracteriza distintos processos paradoxais de expansão urbana e não exclusivos das aglomerações urbanas e áreas metropolitanas; um é pautado na ilegalidade e outro na legalidade, porém ambos maculados pela exclusão. De um lado, observam-se a ocupação de morros e vales, áreas de mananciais e beiras de rodovia por ocupações irregulares – as favelas –, delineando o que Rolnik (1999) chama de “urbanismo de risco”.

Nas regiões litorâneas, especificamente no litoral paranaense, esse “urbanismo de risco” é promovido tanto pelas camadas mais pobres como as mais abastadas. Esta última avançando seus empreendimentos de veraneio em áreas de preservação permanente (como as orlas costeiras) e, os menos favorecidos, também.

Entretanto, o que diferencia ambos é o que Singer (1979) nomeia de “elemento prestígio”, ou seja, a infraestrutura disponível para as ocupações.

A tal “dualidade” na urbanização das cidades contorna-se de forma mais contraditória nas regiões litorâneas. Isto porque, o tal “elemento prestígio” passa a ser componente principal e exclusivo dos mais favorecidos. Porém, dada a característica de ocupação efêmera (segundas residências) nos balneários, os moradores permanentes, vítimas da informalidade do trabalho, amargam ocupações sem infraestrutura, em detrimento daquelas utilizadas ocasionalmente, quase que sempre ociosas.

Diante disso, o trabalho busca analisar como a dinâmica de acesso aos serviços essenciais da infraestrutura – água, esgoto e lixo – se dá no litoral do Estado do Paraná. Busca também caracterizar as segundas residências e como estas contribuem para configurar um espaço litorâneo desigual e excludente.

Partimos da hipótese de que as segundas residências, importantes agentes da urbanização litorânea no Paraná, bem como da sua relativa dinamização econômica, resultam, nos espaços intraurbanos, em bolsões de exclusão. Isto porque as segundas residências concentrariam o principal fator da infraestrutura urbana – o saneamento, em detrimento de outras localidades, usualmente concentradoras dos habitantes “nativos”.

A análise que se propõe debruça-se nos dados censitários disponibilizados pelo IBGE (2010). As variáveis selecionadas para compreender a dinâmica das segundas residências vêm apresentadas no quadro 1, a seguir:

QUADRO 1 - VARIÁVEIS SELECIONADAS NA ANÁLISE DAS SEGUNDAS RESIDÊNCIAS

Segundas residências	<b>Variáveis selecionadas</b>
	V007 - Domicílios particulares permanentes não ocupados - uso ocasional
	V008 - Domicílios particulares permanentes não ocupados - vago
	V009 - Domicílios particulares improvisados ocupados

FONTE: Os autores (2013)

Outro componente considerado aqui essencial para vislumbrar as configurações excludentes do litoral paranaense é a disponibilidade dos serviços de saneamento básico (água, esgotamento sanitário e lixo). Com o objetivo de sintetizar as três variáveis foi adotado um índice, desenvolvido pelo Observatório das Metrôpoles, vinculado ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Este índice sintético agrega as dimensões da forma de abastecimento de água, esgotamento sanitário e coleta de lixo, atribuindo pesos a cada um, conforme o quadro 2, a seguir.

QUADRO 2 - VARIÁVEIS SELECIONADAS, NO TEMA DE SANEAMENTO BÁSICO, PARA COMPOR O ÍNDICE DE CARÊNCIA HABITACIONAL (ICH)

VARIÁVEL DO SANEAMENTO	CLASSIFICAÇÃO COMO ADEQUADO	CLASSIFICAÇÃO COMO INADEQUADO
Abastecimento de água	Rede Geral com Canalização, Rede Geral com Canalização só no Terreno, Poço com Canalização	Poço com Canalização só no Terreno, Poço sem Canalização e Outros
Esgotamento sanitário	Rede Geral e Fossa Séptica	Fossa Rudimentar, Vala Negra, Rio, Lago ou Mar, Outro e Sem Banheiro ou Sanitária
Destinação do lixo	Coletado Direto e Coletado Indireto são considerados	Queimado, Enterrado, Jogado no terreno, Jogado em rio, lago ou mar e outros

FONTE: IPPUR (2003)

A fórmula do ICH toma como parâmetro a equação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH):

$$\text{Índice (IDH)} = \frac{\text{Valor Observado} - \text{Pior Valor}}{\text{Melhor Valor} - \text{Pior Valor}}$$

Conforme IPPUR (2003), a equação busca captar a razão entre a cobertura do serviço analisado e a amplitude total do indicador. Os percentuais de oferta de cada serviço variam numa amplitude que vai de 0% a 100%, ou seja, alguns domicílios podem estar totalmente enquadrados na “inadequação” e outros não. Desta forma, quanto menor o percentual de domicílios em uma situação inadequada melhor é a situação. Assim:

$$\text{Índice (ICH)} = \frac{\text{Valor Observado} - 100}{0 - 100}$$

O “Valor Observado” corresponde ao percentual encontrado de domicílios com determinado atributo; “Melhor Valor” corresponde à situação em que nenhum domicílio tem o atributo, ou seja, 0%; o “Pior Valor” corresponde à situação em que todos os domicílios possuem o atributo, ou seja, 100%.

Na composição final cada atributo possui um peso, sendo que: ICH - Água (Peso 3); ICH - Esgoto (Peso 2); e ICH - Lixo (Peso 1). O índice final é então construído através da média ponderada. O ICH varia de zero (0,0) até hum (1,00). Quanto mais próximo de zero, maior a carência. Levam-se em consideração as seguintes categorias:

ICH de 0 até 0,5 - extremo índice de carência

ICH de 0,5 até 0,8 - alto índice de carência

ICH de 0,8 até 1,0 - baixo índice de carência

Os dados foram tratados e ajustados em ambiente de Sistema de Informações Geográficas (SIG), no *software* ArcGIS. Criou-se um banco de dados denominado de “SIG-Litoral” agregando todas as informações supracitadas e, a partir disso, geraram-se mapas temáticos.

## 1 A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA NUM OLHAR SOBRE O LITORAL PARANAENSE

Tratar da urbanização brasileira requer a definição de algumas escalas temporais. Moraes (1999) indica que os primórdios de ocupação do território nacional não se deram pelo litoral, apesar de este ter sido o porto de chegada dos estrangeiros. A urbanização litorânea foi a *posteriori* da consolidação de algumas aldeias, no período colonial, em áreas do interior.

A ocupação das áreas mais distantes do litoral explica-se pela exploração de minérios, pecuária e atividades agrícolas num Brasil colônia. Assim, com a necessidade de transportar os produtos adquiridos no interior das regiões, tornou-se mister a equiparação das áreas litorâneas para o escoamento da produção, especialmente em direção à Europa.

Desta forma, os primórdios da urbanização costeira no Brasil ocorreram, como indica Strohaecker (2008), a partir da Região Nordeste em direção à costa do Sudeste, sendo as principais cidades Olinda, Salvador, Recife, São Luís, Belém, Fortaleza, Vitória, Rio de Janeiro, Parati, Santos e São Vicente.

O litoral meridional, de urbanização mais tardia, sucedeu-se à luz de outro contexto econômico e social, caracterizado por uma ocupação mais rarefeita, como é o caso de Florianópolis, Laguna, Rio Grande e Viamão. No caso paranaense, o município de Paranaguá foi o primeiro a sofrer ocupação, de origem portuguesa, em 1617.

Neste, apesar da chegada de famílias por volta de 1648, é apenas no final do século XVII, em função do período do ouro, que o município despontou como importante polo litorâneo (CANEPARO, 2000). A disseminação da bonança econômica para os municípios limítrofes, que compõem o litoral paranaense, desenrolou-se sucessivamente nas décadas seguintes, após o final do ciclo do ouro.

O desenvolvimento econômico desta área está ligado principalmente à produção agrícola, a partir do século XVIII, em especial de café, arroz e açúcar e, no começo do século XIX, com exportação da erva-mate (PIERRI *et al.*, 2006). Contudo, as sucessivas crises econômicas, derivadas tanto da exploração das culturas por outras regiões do Brasil, que tomaram certa liderança desta região, bem como a crise de 1930, relacionada às queimadas, levaram gradativamente à pauperização, ao esvaziamento de áreas rurais, fato este não exclusivo das áreas litorâneas do Paraná, sendo evidente em todo o Estado.

Diante desse cenário, Paranaguá passou a concentrar maior parcela da população, em especial pela relativa dinamização econômica devido ao Porto, e a região litorânea foi sendo vítima de ocupações em áreas úmidas das planícies. Apesar da alta concentração demográfica no município sede da microrregião, as municipalidades litorâneas de Matinhos, Pontal do Paraná e Guaratuba lideram as taxas de crescimento nas últimas duas décadas, enquanto Antonina e Guaraqueçaba despontam com taxas negativas. Isto, entretanto, não implica um processo de periferização do polo (DESCHAMPS *et al.*, 2000). A tabela 1, a seguir, mostra a temporalidade do fenômeno.

TABELA 1 - POPULAÇÃO TOTAL E TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL - PARANÁ - 1991, 2000 e 2010

MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO TOTAL			TAXA DE CRESCIMENTO GEOMÉTRICO (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Antonina	17.070	19.174	18.891	0,42	1,31	-0,15
Guaraqueçaba	7.762	8.288	7.871	0,14	0,74	-0,51
Guaratuba	17.998	27.257	32.095	3,61	4,76	1,65
Matinhos	11.325	24.184	29.428	6,49	8,88	1,98
Morretes	13.135	15.275	15.718	-0,07	1,71	0,29
Paranaguá	107.675	127.339	140.469	2,51	2,51	0,99
Pontal do Paraná	0	14.323	20.920		11,18	3,86
MRG de Paranaguá	174.965	235.840	265.392	2,25	3,41	1,19

FONTE: Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

Pierrri (2003) e Deschamps e Kleinke (1999) atribuem o aumento populacional, até a década de 2000, nos municípios balneários, à chegada de migrantes das classes média e alta que buscam melhor qualidade de vida. Outro fator importante é a relativa proximidade com a capital, Curitiba, proporcionando o deslocamento para trabalho. No caso de Matinhos, a instalação recente de um setor da Universidade Federal do Paraná pode, assim como o alavanque do setor da construção civil, ser auxiliar na dinâmica demográfica local.

Embora os municípios balneários concentrem as taxas mais elevadas de crescimento demográfico, o mesmo não ocorre com os indicadores econômicos, identificados aqui pela participação dos mesmos nos valores adicionados ao total do Estado (tabela 2). Conforme apontado por Deschamps e Kleinke (1999), uma das peculiaridades da região litorânea, identificada enquanto uma aglomeração urbana, é a inexistência de uma relação vertical direta entre os municípios adjacentes ao polo. Apesar de Paranaguá despontar como principal polarizador das dinâmicas econômicas da região, intimamente ligado à Região Metropolitana de Curitiba, as municipalidades vizinhas vislumbram um dinamismo aparentemente alheio, induzido pela sazonalidade das atividades de veraneio.

TABELA 2 - PERCENTUAL DE PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS MUNICÍPIOS LITORÂNEOS NO TOTAL DO ESTADO - PARANÁ - 1997, 2001 e 2010

MUNICÍPIOS	% DE PARTICIPAÇÃO DO VALOR ADICIONADO NO TOTAL DO ESTADO		
	1997	2001	2010
Antonina	0,071	0,053	0,075
Guaraqueçaba	0,003	0,002	0,003
Guaratuba	0,075	0,068	0,066
Matinhos	0,063	0,051	0,063
Morretes	0,036	0,033	0,032
Paranaguá	1,489	1,738	1,075
Pontal do Paraná	0,036	0,031	0,411
MRG de Paranaguá	1,773	1,976	1,725

FONTE: IPARDES

No quadro geral, observa-se queda relativa de participação, no total do Estado do Paraná, dos municípios de Morretes e Paranaguá. Contudo, é importante ressaltar que todos, com suas devidas proporções, tiveram leve aumento no valor adicionado total, sobretudo a partir da década de 2000. Isto pode ser associado sobretudo ao alavanche da construção civil e, mais marcadamente, do setor terciário, com destaque para os municípios de Matinhos e Pontal do Paraná, seguindo uma tendência nacional. Quanto a este último município, a construção de um novo porto pode ser outro fator adicionado às informações explicitadas.

Paranaguá foi o único município com queda acentuada na participação do valor adicionado estadual, o que pode ser atribuído à saturação do Porto (maior do Sul do Brasil) na última década. As exigências burocráticas, além da dificuldade de acesso rodoviário ao Porto, têm gerado implicações tanto econômicas quanto sociais, com a degradação do patrimônio histórico e cultural, a pauperização da população e problemas de saúde pública.

O cenário em tela leva a dois principais problemas, econômicos, porém de direta relação socioespacial dos municípios do litoral: o crescimento populacional, com queda, estagnação ou ínfimo crescimento econômico, atribuído principalmente ao terceiro setor, apontando um fraco dinamismo. No caso dos municípios portuários, Paranaguá e Antonina, em especial o primeiro, a alta concentração populacional não encontra respaldo nas políticas públicas, gerando desigualdades sociais. Nos municípios balneários – sobretudo Matinhos, Guaratuba e Pontal do Paraná –, o crescimento demográfico também não condiz com o desenvolvimento econômico. Apesar de persistir, induz a precarização do trabalho e a informalidade, acentuadas pela sazonalidade e turismo.

Esta estrutura econômica tem relação direta com as conformações socioespaciais dos municípios do litoral. Para Moura e Wernek (2000), a gravidade da situação naqueles municípios com perfil turístico está relacionada principalmente à readaptação da economia local após os períodos de temporada, ficando o setor de serviços, principal contribuidor para as receitas, sensível à estagnação.

## 2 DINÂMICAS URBANAS DO LITORAL PARANAENSE: as segundas residências

A transformação da habitação num valor de troca para além do seu valor de uso não é fato novo, principalmente nas regiões litorâneas do Brasil. Contudo, torna-se mister ressaltar a diferenciação destes usos, em distintas partes da costa brasileira, onde a dinâmica imobiliária das segundas residências interferem de forma diferenciada, ora ampliada (via capital internacional), ora reduzida (via capital regional).

Ferreira, Bentes e Clementino (2006), ao tratar das tipologias habitacionais de segundas residências na costa do Rio Grande do Norte, desenham um cenário onde o capital internacional, especificamente europeu, assume duas diferentes formas de ocupação espacial: a primeira destinada às residências para veraneio, durante as férias, e também por meio de arrendamento (aluguel) durante parte do ano; a segunda



forma se assume pela expansão de empreendimentos e serviços que atendem a um mercado nacional e internacional, com capitais globalizados, em que pese ter sofrido arrefecimento nos últimos anos em função da crise que afeta vários países europeus.

Esta dinâmica vai se especificando ao longo do País e, mesmo no litoral meridional, é possível estabelecer escalas de atuação, tanto dos grupos que financiam a construção e manutenção das residências como dos tipos de serviços ligados a esta atividade sazonal. Assim, tratar das segundas residências no litoral paranaense, que possui uma escala de abrangência regional, é diferente que tratar, por exemplo, desta dinâmica no estado vizinho, de Santa Catarina, que possui uma abrangência que vai para além dos limites nacionais.

No litoral paranaense, a instalação das segundas residências, majoritariamente verticais, está intimamente ligada à dinâmica das classes média e alta, mormente da Região Metropolitana de Curitiba e interior do Estado que, a partir da década de 1970, passaram a ocupar a região da orla, em especial nos municípios de Matinhos e Guaratuba.

Para fins desta análise, os dados de segundas residências foram coletados nos Censos 1991, 2000 e 2010 do IBGE. Contudo, nos dois primeiros períodos, os dados disponíveis apenas se referem à totalidade dos municípios, enquanto no terceiro a possibilidade de espacialização por setores censitários foi possível e, conseqüentemente, permitiu a melhor compreensão desta dinâmica nos espaços intraurbanos dos municípios em tela.

A tabela 3 indica que, entre o grupo de municípios que compõem o litoral paranaense, Matinhos e Guaratuba são aqueles que tiveram, na década analisada, o maior crescimento de número de domicílios e, dado seus perfis de balneários turísticos, também obtiveram crescimento dos não ocupados de uso ocasional. Os limítrofes, Antonina, Morretes e Pontal do Paraná, também tiveram crescimento, mesmo que em menor proporção, de residências de uso ocasional. Paranaguá, por outro lado, desponta com queda brusca dos domicílios não ocupados entre 1991 e 2000, onde se pode, preliminarmente, concluir que a população passou a residir permanentemente no município (fato comprovado pelo crescimento demográfico), como também pode ter perdido para as municipalidades vizinhas às residências, considerando a atratividade turística e infraestrutural destes domicílios de uso sazonal.

TABELA 3 - TOTAL DE DOMICÍLIOS E DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL, NO LITORAL - PARANÁ - 1991, 2000 e 2010

MUNICÍPIOS	TOTAL DE DOMICÍLIOS	DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL				
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Antonina	5.697	7.032	8.095	871	1.172	1.211
Guaraqueçaba	2.481	3.250	3.413	364	702	670
Guaratuba	11.429	19.253	23.973	6.655	10.389	12.178
Matinhos	15.416	27.890	33.100	11.676	17.828	21.411
Morretes	4.154	5.858	7.120	579	888	1.452
Paranaguá	39.680	40.667	46.370	10.019	1.410	1.710
Pontal do Paraná	-	21.768	27.264	-	16.275	17.695
MRC de Paranaguá	78.857	125.718	149.335	30.164	48.664	56.327

FONTE: IBGE - Censos 1991, 2000, 2010

Os municípios de Pontal do Paraná, Matinhos e Guaratuba lideram o percentual de segundas residências com 64,7%, 64,9% e 50,8%, respectivamente. Guaraqueçaba é o único município com decréscimo no número de domicílios de segunda residência; Matinhos, apesar da redução no período 1991-2000, volta a ser alvo das classes mais abastadas em 2010 com aumento dos domicílios ocasionais. Isto pode ser comprovado pela dinâmica da construção civil no município, em especial no balneário de Caiobá. O acesso ao crédito, além da mobilidade social provocada na última década, são alguns dos fatores que explicam os percentuais encontrados.

Apesar do relativo aumento das segundas residências após a década de 2000, quando se analisa a taxa geométrica de crescimento anual (tabela 4), observa-se, com exceção de Morretes, uma queda acentuada no ritmo de crescimento deste tipo de domicílios. No caso de Morretes, seu caráter rural tem atraído novos moradores em busca de locais mais tranquilos para períodos de descanso e lazer.<sup>1</sup> Nos municípios balneários, por outro lado, a consolidação e/ou queda no ritmo de crescimento geométrico podem ser atribuídas tanto à estabilização da demanda de novas segundas residências como a uma possível migração de parcela da população para outras regiões balneárias (para Santa Catarina, por exemplo).<sup>2</sup>

TABELA 4 - TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL DE DOMICÍLIOS DE USO OCASIONAL NO LITORAL - PARANÁ - 1991/2010

MUNICÍPIOS	TAXA GEOMÉTRICA DE CRESCIMENTO ANUAL (%)			
	Total de Domicílios		Uso Ocasional	
	1991/2000	2000/2010	1991/2000	2000/2010
Antonina	2,4	1,6	3,0	0,3
Guaraqueçaba	3,0	0,5	6,8	-0,5
Guaratuba	6,0	2,5	4,6	1,6
Matinhos	6,8	1,9	4,3	1,8
Morretes	3,9	2,2	4,4	5,0
Paranaguá	0,3	1,5	-17,8	1,9
Pontal do Paraná	-	2,5	-	0,8
MRC de Paranaguá	5,3	1,9	4,9	1,5

FONTE: Elaborado a partir dos Censos do IBGE (1991, 2000 e 2010)

Em relação à distribuição espacial intraurbana dos usos ocasionais, no Censo 2010, a predominância é nas regiões da orla marítima, especialmente em Matinhos. Aqueles municípios mais distantes da costa enquadram-se nas classes com menores valores de domicílios de uso sazonal. Importante frisar que as residências, predominantemente verticais e, em menor incidência, horizontais do tipo condomínios fechados, têm contribuído, ao longo dos anos, para a pressão junto às

<sup>1</sup> Em Morretes, 70,93% das segundas residências estão localizadas na área rural (IBGE, 2010).

<sup>2</sup> Em Matinhos, por exemplo, os domicílios vagos em 1991 somavam 804, passando, 10 anos depois, para notáveis 3.054 e, em 2010, 1.928. Este cenário é observado em todos os municípios balneários, conforme dados do IBGE (1991, 2000, 2010).

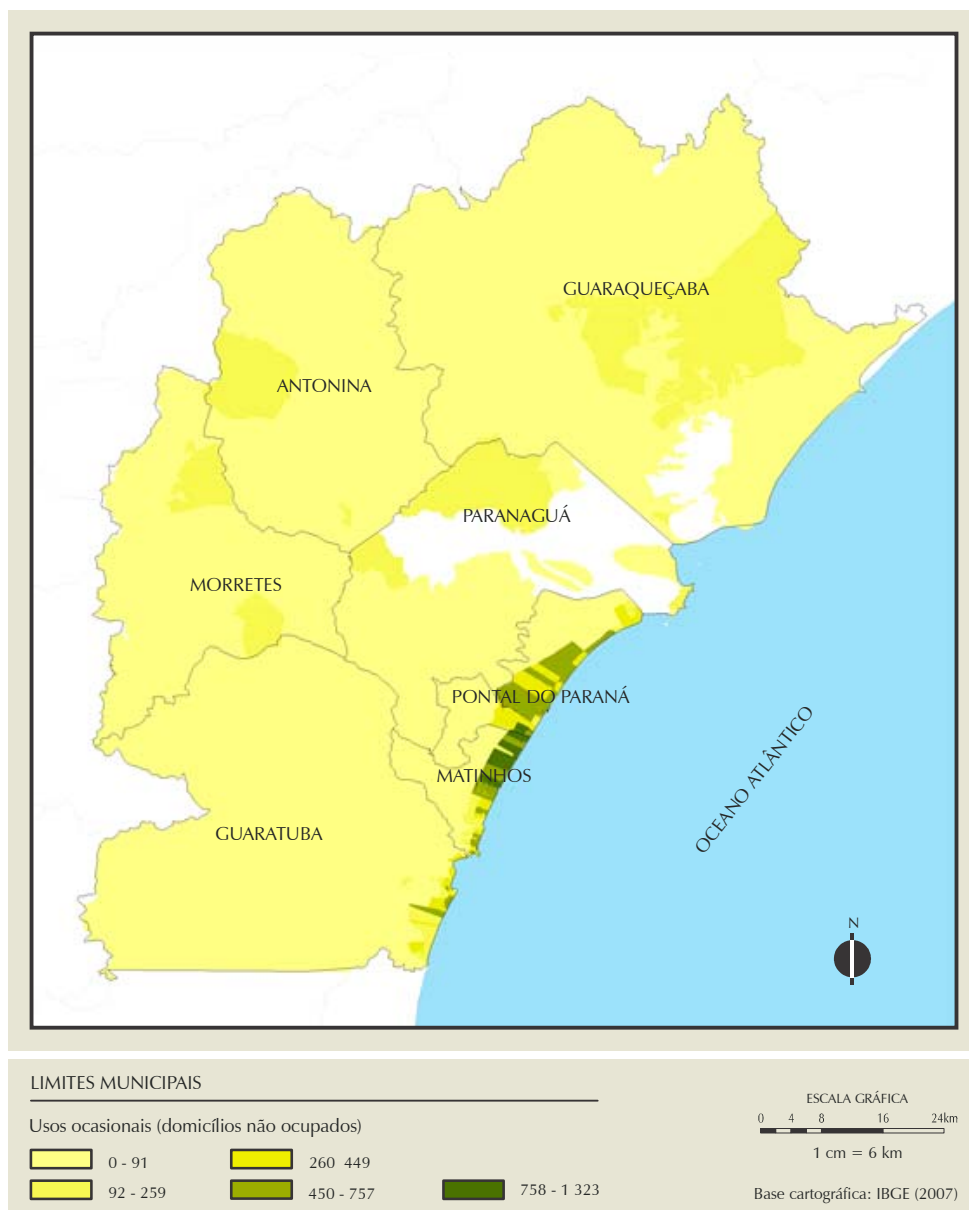
áreas de preservação ambiental, alterando a dinâmica natural das áreas. As altas taxas de impermeabilização do solo, aliadas à intensa movimentação populacional em épocas de temporada, trazem, anualmente, prejuízos aos municípios costeiros. Incidência de alagamentos, processos erosivos, destinação irregular de resíduos e esgoto são os episódios mais recorrentes em determinadas épocas do ano.

Aspecto também importante dos domicílios vagos são aqueles sem uso, ou seja, residências existentes que não são utilizadas nem ocasionalmente. A concentração em maior escala deste tipo se dá nos municípios de Pontal do Paraná e Matinhos, ambos nas proximidades do mar. Comumente, nas altas temporadas, é o uso destes domicílios para aluguéis eventuais destinados à população, majoritariamente da Região Metropolitana de Curitiba e arredores, que não são proprietários. Em ambos os casos, o desafio para o poder público é incidir, sobre estes imóveis, instrumentos que garantam o uso social da propriedade urbana já que, conforme será discutido a seguir, a quase totalidade destas residências possui acesso à rede geral de água e esgotamento sanitário, indicando a subutilização da infraestrutura em detrimento da população nativa. As figuras 1 e 2 indicam, por setores censitários, a situação dos domicílios de uso ocasional e vagos para os municípios em análise.

Outro dado disponibilizado pelo IBGE, importante para a compreensão da dinâmica de exclusão espacial no recorte em análise, é a existência de população habitando domicílios improvisados (figura 3). Consideram-se improvisados aqueles locais que, embora não sejam destinados à moradia, na época do Censo estavam ocupados. Exemplos de domicílios improvisados são prédios em construção, vagões de trem, carroças, tendas, barracas, grutas etc. (IBGE, 2010).

Nesta variável, Paranaguá e Matinhos possuem o maior número de domicílios improvisados ocupados, num total de 66 e 38, respectivamente. Guaratuba totaliza 28, e Pontal do Paraná 22 domicílios. O menor valor é encontrado em Guaraqueçaba, com apenas 3 domicílios improvisados. Fator importante que contribui para este ínfimo percentual em Guaraqueçaba é a incidência de jurisdições estaduais e federais na preservação das reservas naturais, impedindo o avanço de ocupações em situações ilegais. O cenário em Paranaguá e Matinhos corrobora a hipótese da intrínseca relação entre o fraco dinamismo econômico e o vertiginoso aumento populacional que, eventualmente, leva à periferização da população. Este processo é facilmente visualizado em Pontal do Paraná, que, por um lado, concentra as segundas residências e população mais abastada próxima da orla e, nos limites da área urbana do município, são encontrados domicílios improvisados.

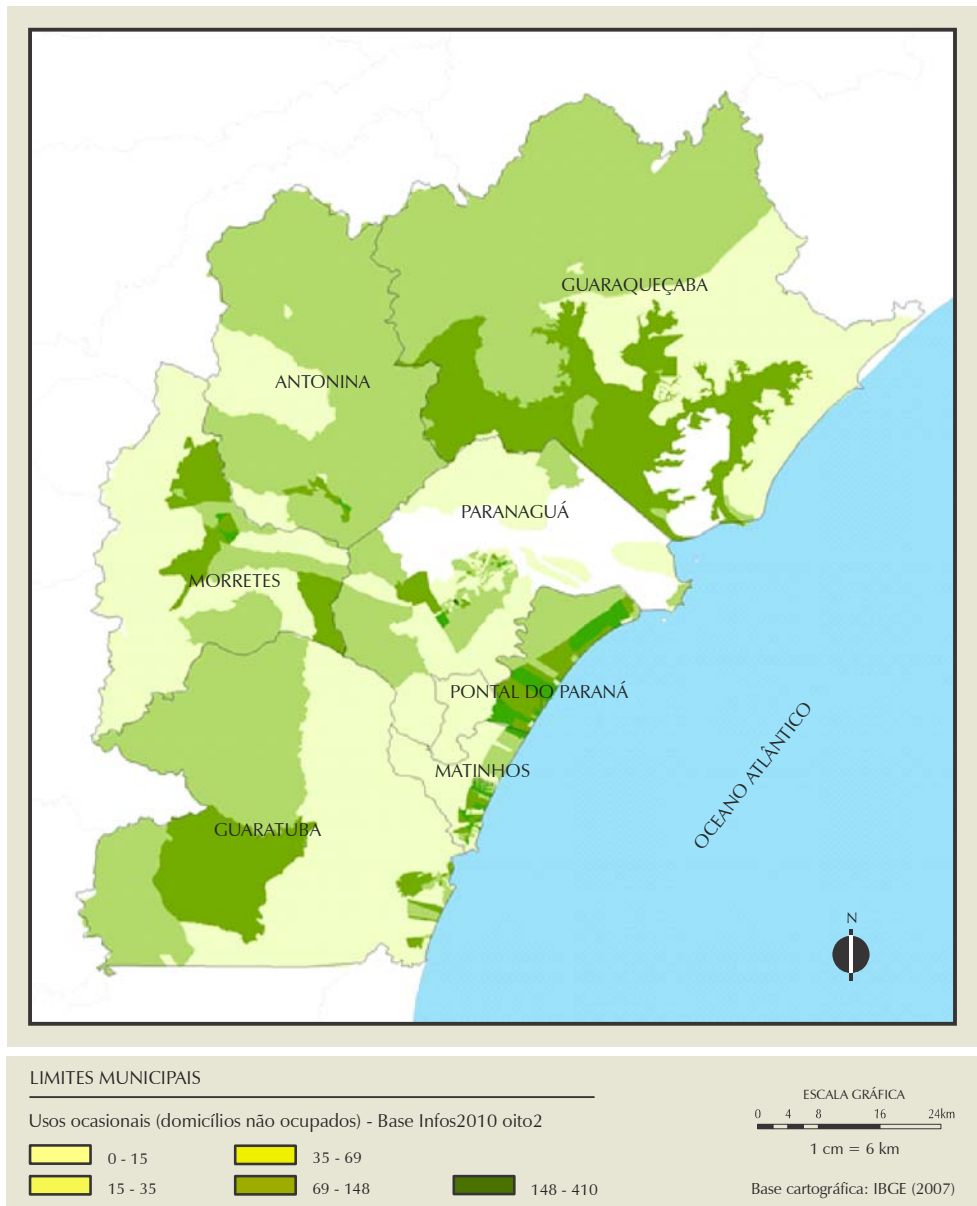
FIGURA 1 - DOMICÍLIOS NÃO OCUPADOS DE USO OCASIONAL NO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: Censo IBGE 2010

NOTA: Organização dos autores.

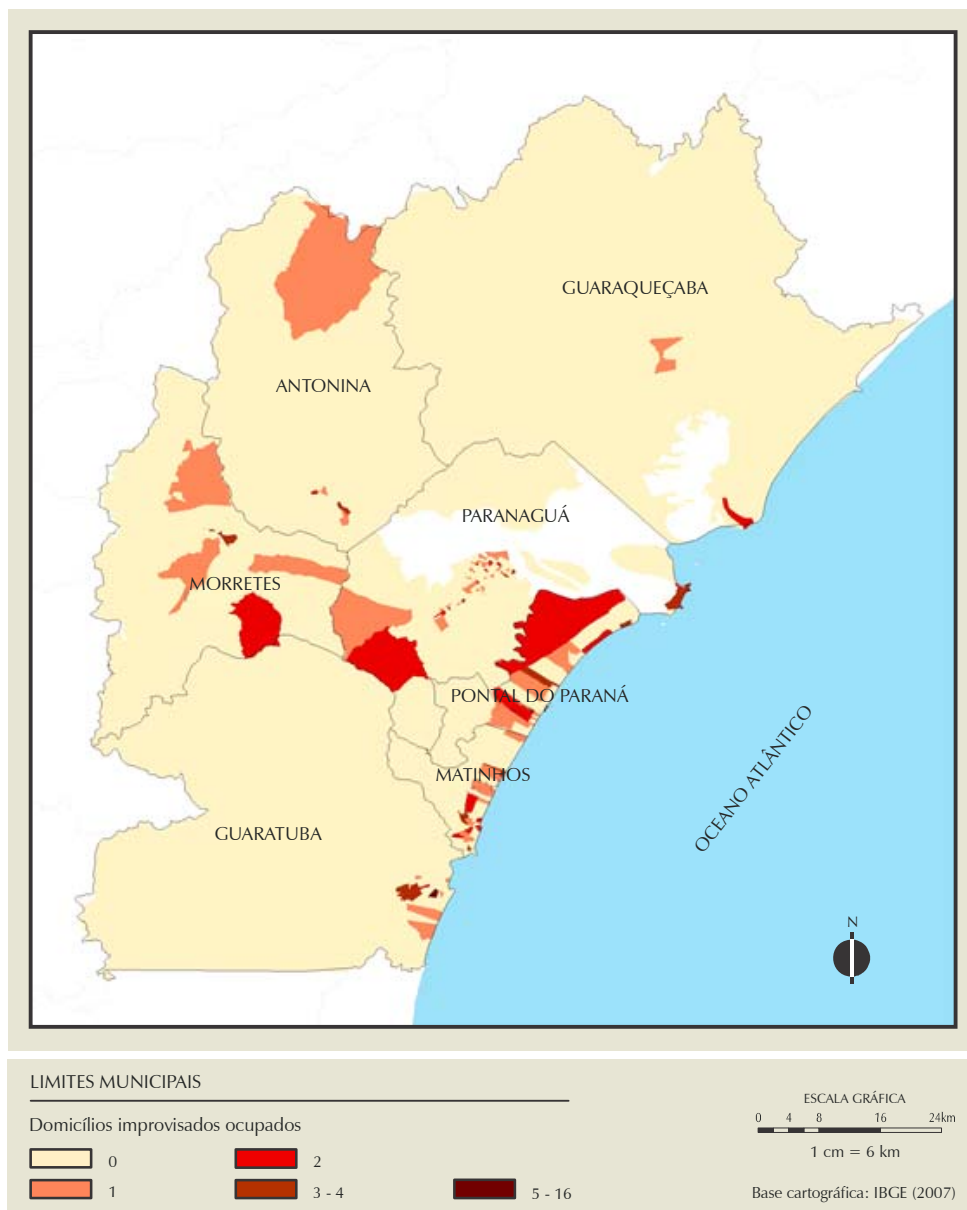
FIGURA 2 - DOMICÍLIOS NÃO OCUPADOS DE USO VAGO NO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: Censo IBGE 2010

NOTA: Organização dos autores.

FIGURA 3 - DOMICÍLIOS IMPROVISADOS OCUPADOS NO LITORAL DO ESTADO DO PARANÁ



FONTE: Censo IBGE 2010

NOTA: Organização dos autores.

### 3 DIMENSÕES DA CARÊNCIA E EXCLUSÃO ESPACIAL

Rolnik (1999) afirma que caracterizar as cidades brasileiras é expor, enquanto seu cerne, as contradições e desigualdades. Assim, a produção histórica da cidade, marcada por dicotomias e dialéticas, resulta, em diferentes escalas, em múltiplas conformações da exclusão territorial.

A autora traz o conceito de “urbanismo de risco” para identificar aquelas áreas ambientalmente sensíveis e infraestruturalmente carentes, sede de moradia da população mais pobre. Essa realidade, não exclusiva de grandes ou médias cidades, é também um dos marcos principais dos municípios do litoral paranaense. Para compreender as dimensões dessa realidade, é imperativo buscar algumas variáveis que possam contribuir com a análise. Assim, partimos do pressuposto de que o acesso à infraestrutura – entendida aqui como a tríade água, esgoto e lixo – é elemento básico para dimensionar uma condição mínima para a vivência nas cidades.

Num quadro geral, os municípios do recorte em análise apresentam bons indicadores nas dimensões de água e lixo, conforme mostra o mapa do ICH sintético (figura 4). Grosso modo, apenas o município de Paranaguá possui percentual notável de domicílios enquadrados com extrema carência (3,61%). Porém, quando consideradas as duas piores classes, do índice, de extrema e alta carência, Pontal do Paraná totaliza as duas classes, com 27,22% dos domicílios, e Paranaguá com 20,33%, os mais baixos valores do litoral do Paraná.

Morretes e Antonina são os que apresentam as melhores taxas de acesso aos serviços infraestruturais básicos. Respectivamente, considerando extrema e alta carência, totalizam 6,21% e 7,52%.

Entretanto, quando analisados de forma separada, ou seja, cada variável (água, esgoto e lixo), desconsiderando os pesos que são atribuídos pelo índice, as discrepâncias se exaltam. Sobretudo na dimensão de esgoto, as regiões periféricas de todas as municipalidades amargam com os mais baixos percentuais de acesso à rede de esgotamento sanitário.

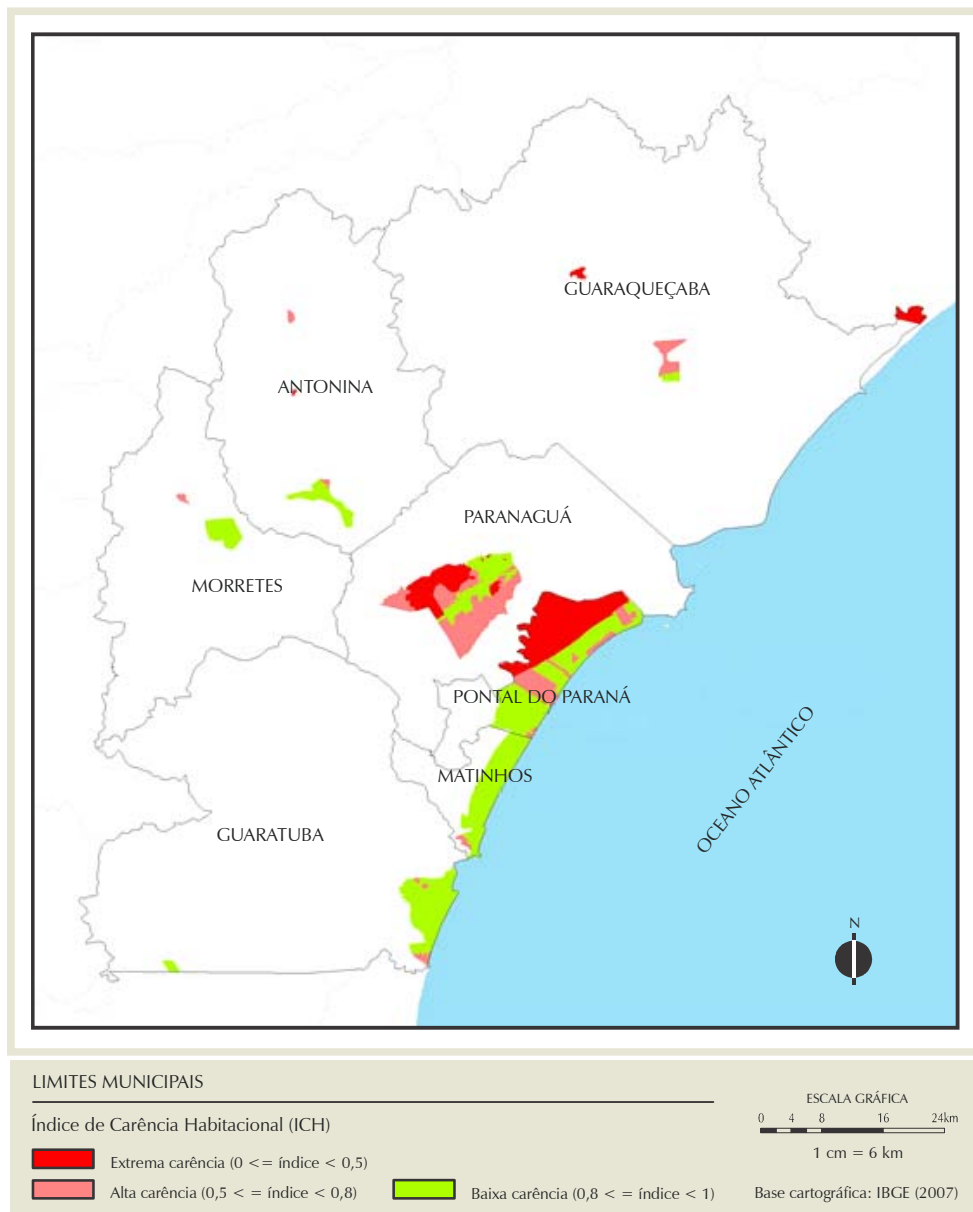
Em Paranaguá, apenas as áreas mais antigas possuem classes mais favoráveis (sobretudo aquelas localizadas no entorno da BR-277). Em Pontal do Paraná, as áreas que concentram os domicílios improvisados ocupados (ver figura 3) também são as que reúnem péssimos valores de infraestrutura.

Nos municípios balneários, as localidades sede de segundas residências são privilegiadas pelas melhores condições de infraestrutura, apesar do seu uso sazonal, indicando as estratégias de interesses de particulares no poder público para gerir melhores estruturas aos veranistas em detrimento da população moradora. Dada a efemeridade do uso dessas estruturas em boa parte do ano, as mesmas ficam subutilizadas e, eventualmente, à mercê da especulação imobiliária. As figuras 4, 5, 6 e 7 identificam o índice sintético, a dimensão água, esgoto e lixo, respectivamente.

Outra dimensão importante a ser adicionada na análise e que contribui para a afirmativa do privilégio das localidades de segundas residências na oferta dos

serviços básicos é a densidade demográfica, apresentada na figura 8. Em Paranaguá, Matinhos e Guaratuba, os setores censitários em porções periféricas possuem piores valores de acesso à rede de esgoto e contêm o maior número de habitantes por quilômetro quadrado.

FIGURA 4 - ÍNDICE SINTÉTICO DO ICH (ÍNDICE DE CARÊNCIA HABITACIONAL) PARA O LITORAL DO PARANÁ

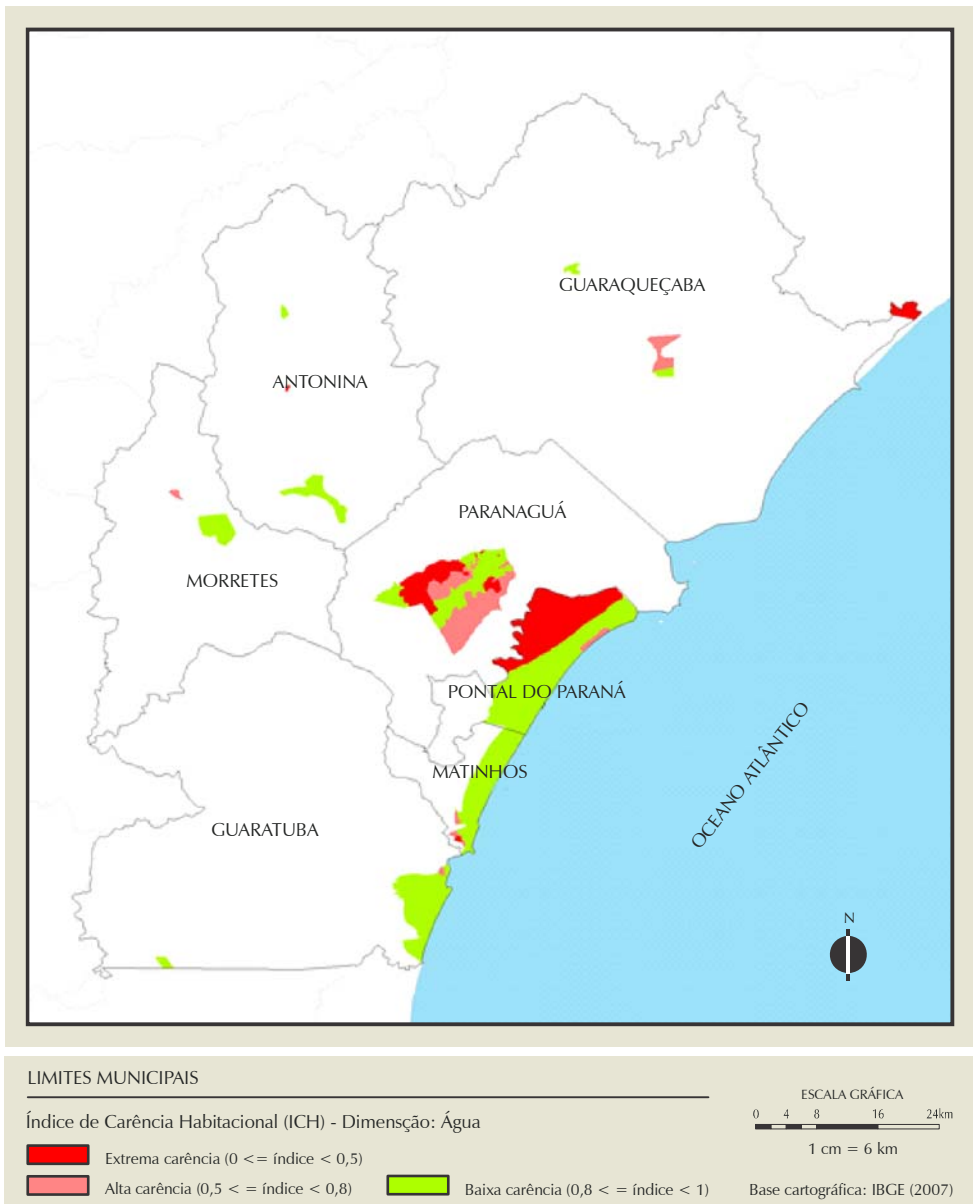


FONTE: Censo IBGE 2010

NOTAS: Organização dos autores.  
Excluídas as áreas rurais.



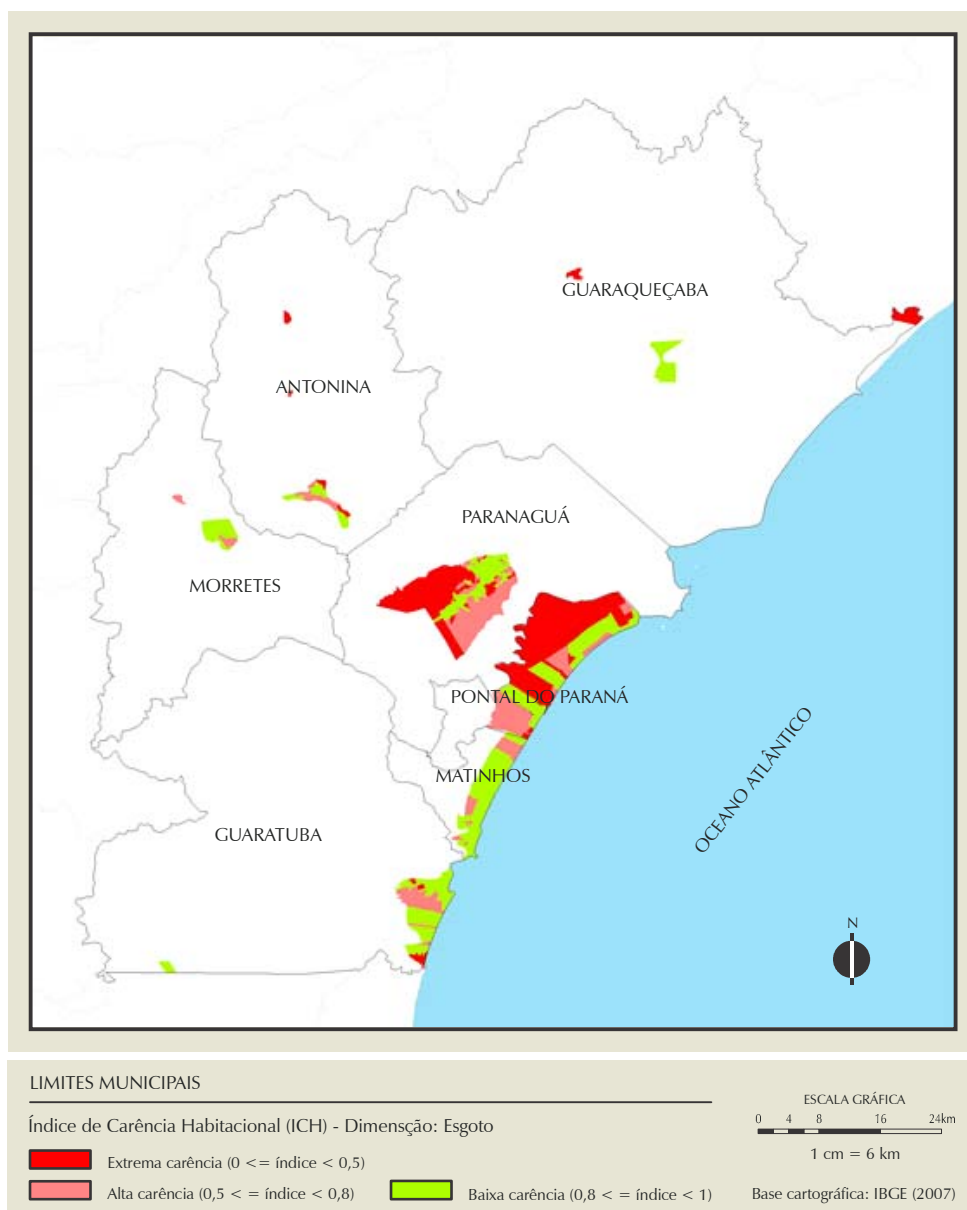
FIGURA 5 - ÍNDICE DE CARÊNCIA HABITACIONAL, DIMENSÃO ÁGUA, DO LITORAL DO PARANÁ



FONTE: Censo IBGE 2010

NOTAS: Organização dos autores.  
Excluídas as áreas rurais.

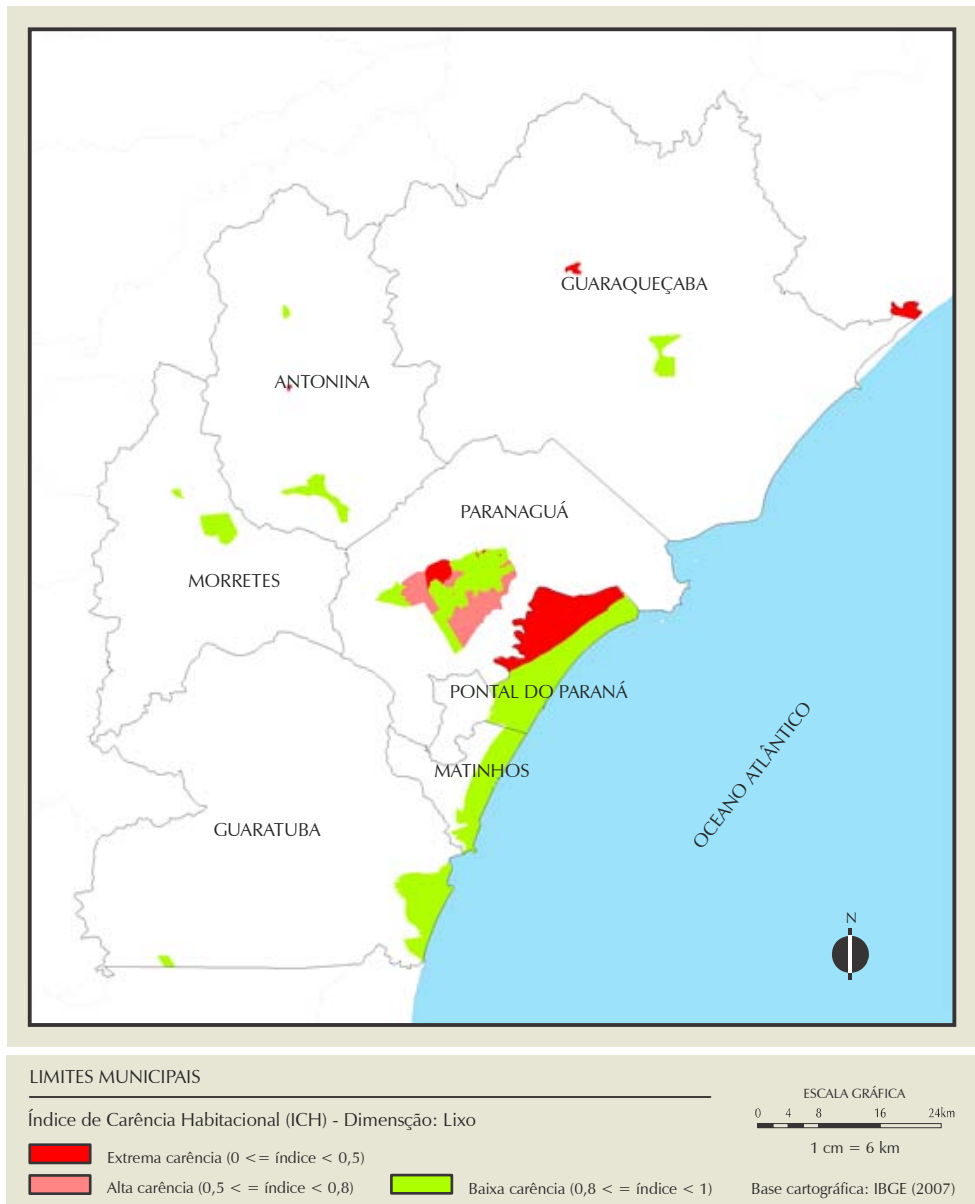
FIGURA 6 - ÍNDICE DE CARÊNCIA HABITACIONAL, DIMENSÃO ESGOTO, DO LITORAL DO PARANÁ



FONTE: Censo IBGE 2010

NOTA: Organização dos autores.  
Excluídas as áreas rurais.

FIGURA 7 - ÍNDICE DE CARÊNCIA HABITACIONAL, DIMENSÃO LIXO, DO LITORAL DO PARANÁ

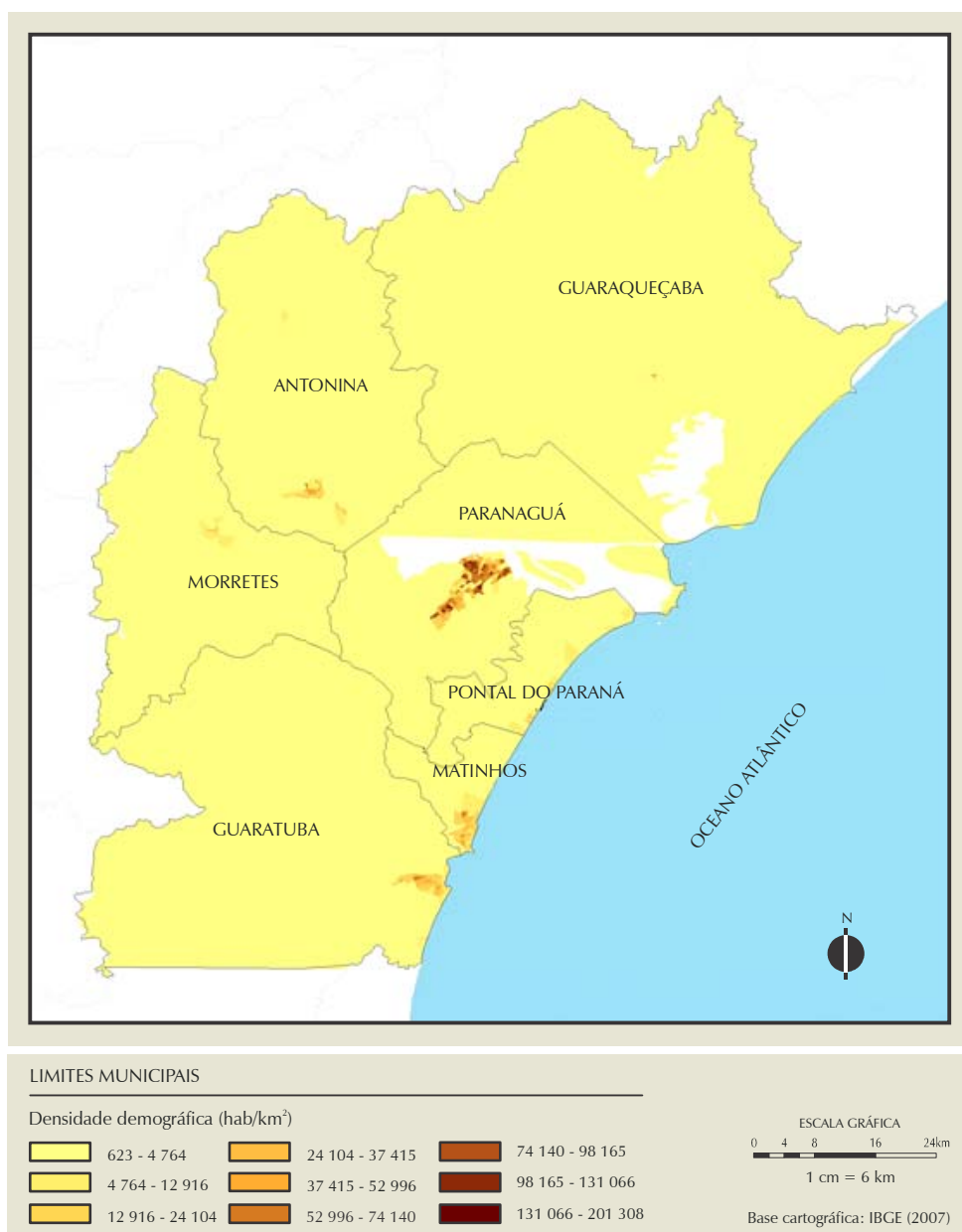


FONTE: Censo IBGE 2010

FONTE: Organização dos autores.

Excluídas as áreas rurais.

FIGURA 8 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA POR SETORES CENSITÁRIOS DOS MUNICÍPIOS DO LITORAL DO PARANÁ



FONTE: Censo IBGE 2010.

NOTA: Organização dos autores.

Os setores censitários nas maiores classes de densidade demográfica (acima de 98 hab./km<sup>2</sup>), em Paranaguá, são aqueles que concentram o maior número de domicílios improvisados. O mesmo cenário se repete em Guaratuba e, em menor proporção, em Antonina e Matinhos.

Os domicílios mais densos em termos de população também possuem os piores indicadores habitacionais no quesito do esgoto, sobretudo em Paranaguá (principalmente nas áreas periféricas próximas à Rodovia do Café Governador Ney Braga). Importante ressaltar que estas situações não são localizadas em domicílios de uso ocasional.

Quando confrontados os dados de uso ocasional e esgoto, confirma-se o privilégio das segundas residências na infraestrutura de esgoto em Guaratuba, Matinhos e Pontal do Paraná. No que se refere ao abastecimento de água, Pontal do Paraná, nas áreas distantes da orla, possui os piores valores, assim como algumas ocupações próximas a encostas, em Matinhos. A coleta de lixo é o único serviço de saneamento distribuído de forma equitativa nos setores dos municípios em análise.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os cenários construídos indicam a existência de múltiplas faces no litoral paranaense. Estas faces, por sua vez, se modificam ao longo do ano, de acordo com as sazonalidades trazidas pelas atividades de veraneio que, ao mesmo tempo em que contribuem para a economia local, gerando (sub)empregos e renda para a população, trazem implicações de ordem ambiental e urbanística que perduram não apenas nas épocas de veraneio.

Além das dinâmicas peculiares dos municípios balneários, as configurações dos espaços desiguais também são inerentes àqueles mais distantes da costa litorânea. A disponibilidade de infraestruturas, essenciais à vida urbana, não obedece à demanda social, mas sim a interesses particulares dos agentes imobiliários, vislumbrando áreas densamente povoadas e carentes de serviços básicos e outras com baixíssima ou nenhuma densidade populacional permeada destes serviços.

Apesar disso, a positiva dinâmica demográfica do litoral paranaense, destoante da dinâmica econômica, contorna e intensifica essas desigualdades, criando, por um lado, implicações urbanoambientais para a população residente e, de outro, dificuldades no gerenciamento para o poder público.

Ao mesmo tempo em que as segundas residências proporcionam, sazonalmente, o aquecimento da economia local, induzem a processos de (e)migração para parcela da população atraída por efêmeras oportunidades de emprego, com condições precárias, a qual, sem o apoio do poder público, convence-se quase que de forma unívoca desta situação enquanto única realidade.

Multiplicam-se, com o aumento de domicílios vagos e aqueles destinados a uso ocasional, os desafios do poder público em planejar e executar políticas urbanas no litoral paranaense. É imperativo, para os gestores públicos locais, aliam-se em

busca da construção de instrumentos de planejamento e gestão destes espaços que possam, ao mesmo tempo, atribuir o uso social das propriedades urbanas obsoletas, garantir acesso aos serviços básicos à população permanente residente e, ainda, manter o dinamismo econômico proporcionado pelos períodos de veraneio.

Não menos importante lembrar que, em períodos chuvosos, tanto as áreas dos mais abastados como daqueles com menor poder aquisitivo são alvo de problemas de alagamentos, decorrentes da insuficiência de obras públicas que atendam a uma demanda dinâmica, ora intensa, ora ociosa. Entretanto, quando destes episódios, sobretudo no verão, aqueles moradores de áreas irregulares (encostas, fundos de vale) são os mais afetados a longo prazo pelo prejuízo causado, derivado de uma ocupação que obedece à lógica da necessidade, malgrado pela exclusão fundiária, altamente rentável – para poucos –, sobretudo nos balneários.

Diante disso, parece indispensável a construção de políticas públicas, para o litoral do Paraná, que busquem a dinamização da economia para além da atividade turística. A estratégica localização do porto de Paranaguá e o potencial de Pontal do Paraná podem constituir-se como fatores-chave na construção de uma identidade econômica para o litoral. Entretanto, unir as forças políticas e sociais e pensar num plano multiescalar que congregue o grupo de municipalidades parecem ser desafios ainda maiores a serem construídos – de forma coletiva.

## REFERÊNCIAS

- ANGULO, R. J. As praias do Paraná: problemas decorrentes de uma ocupação inadequada. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.99, p.97-103, 2000.
- CANEPARO, S. C. Análise da dinâmica espacial da ocupação antrópica em Paranaguá/PR (1952-1996), através do uso de Sistema de Informações Geográficas. **RA'EGA**, Curitiba: UFPR, v. 4, p.111-130, 2000.
- COSTA, L. C. Aspectos político-administrativos do planejamento urbano. In: TOLEDO, A. H. P. de; CAVALCANTI, M. (Org.). **Planejamento urbano em debate**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1978.
- DESCHAMPS, M. V.; KLEINKE, M. L. U. Os fluxos migratórios e as mudanças socioespaciais na ocupação contínua litorânea do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.99, p.45-59, 1999.
- DESCHAMPS, M. V. *et al.* Afinal, o que induz o crescimento nas aglomerações litorâneas? In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12., 2000, Caxambu, MG. **Caderno de Resumos Brasil, 500 anos: mudanças e continuidades**. Belo Horizonte: ABEP, v.1, p.115-116, 2000.
- FERREIRA, A.; BENTES, D.; CLEMENTINO, M. L. M. Novas tipologias habitacionais perante a expansão do capital turístico imobiliário em Natal, RN. **Cadernos Metrópole**, São Paulo: PUCSP, v.16, p.141-162, 2006.

- GROSTEIN, M. D. Metrópole e Expansão Urbana: a persistência de processos insustentáveis. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Funda o SEADE, v.15, n.1, p.13-19, Jan./Mar. 2001.
- INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL. (IPPUR) ** ndice de Carência habitacional** - nota metodológica. Rio de Janeiro: UFRJ/Observatório da Metrópole, 2003.
- IBGE. **Censo Demográfico de 2010**. Rio de Janeiro, 2010.
- IBGE. **Censo Demográfico de 2000**. Rio de Janeiro, 2000. Em CD.
- IBGE. **Censo Demográfico de 1991**. Rio de Janeiro, 1991. Em CD.
- LIMA, R. S. **Expansão urbana e acessibilidade** – o caso das cidades m dias brasileiras. 1998. 91p. Disserta o (Mestrado em Engenharia de Transportes) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, São Paulo, 1998.
- MORAES, A. C. R. Classifica o das praias brasileiras por níveis de ocupa o: proposta de tipologia para os espaços praias. In: BRASIL. **Projeto Orla**: subsídios para um projeto de gestão. Brasília: MMA/MPO, 2004. p.33-44.
- MORAES, A. C. R. **Contribui es para a Gestão da Zona Costeira do Brasil**: elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.
- MOURA, R. Paraná: meio século de urbaniza o. **RA'EGA**, Curitiba: UFPR, v.8, n.8, p.33-44, 2004.
- MOURA, R.; WERNEK, D. Ocupa o litorânea do Paraná: uma leitura do espaço. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.99, p.61-82, 2000.
- PIERRI, N. Litoral do Paraná: entre a riqueza natural e a pobreza social. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: UFPR, v.8, p.25-41, 2003.
- PIERRI, N. *et al.* A ocupa o do solo no litoral paranaense: condicionantes, conflitos e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba: UFPR, v.13, p.137-167, 2006.
- ROLNIK, R. Exclusão Territorial e Violência. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: Funda o SEADE, v.13, n.4, p.100-111, 1999.
- SANTOS, M. **A urbaniza o brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SINGER, P. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, E. (Org.). **A produ o capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa -  mega, 1979.
- STROHAECKER, T. M. Din mica populacional. In: BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Macrodiagnóstico da Zona Costeira e Marinha**. Brasília: IBAMA/MMA, 2008. p.59-73.